

APRESENTAÇÃO

Em sua edição de nº 43, a Revista NERA reforça sua postura de oferecer à comunidade acadêmica, aos movimentos socioespaciais e socioterritoriais e demais interessados a oportunidade de discutir o Brasil, a América Latina e o mundo pelo viés da Questão Agrária. Os 7 artigos e a resenha aqui apresentados trazem resultados de pesquisas e análises de conjuntura sobre alguns dos principais tensionamentos que estão atrelados à expansão do capitalismo agrário no presente contexto de acumulação por espoliação e a consequente resistência dos povos do campo e das florestas a esse processo. De modo específico, dos 8 trabalhos, 5 se referem direta ou indiretamente ao Centro-Oeste brasileiro. Isso pode ser explicado pela crescente relevância que essa região tem adquirido na composição do sistema agroalimentar global, principalmente por meio da produção de grãos, reforçando o Brasil como fornecedor de bens primários na atual divisão internacional do trabalho. Além desses, os outros dois trabalhos trazem exemplos do Chile e do Uruguai, além da resenha sobre um livro que analisa os componentes geopolíticos dos fluxos de alimentos em escala global.

Nos três primeiros artigos constam discussões sobre a estrutura fundiária brasileira. A importância desse fato se dá porque o Brasil possui uma das mais expressivas concentrações de terra no mundo, o que repercute de modo direto nas disputas pelo modelo e desenvolvimento para o campo entre camponeses e o agronegócio.

A edição é aberta com o provocador artigo “Análise da concentração fundiária no Brasil: desafios e limites do uso do índice de Gini”, de Acácio Zuniga Leite. Com base no exemplo do município de Abadia dos Dourados, em Minas Gerais, o autor faz uma leitura crítica da utilização do Índice de Gini para a mensuração da concentração fundiária. Dado isso, é proposto aos órgãos oficiais a utilização de outras bases metodológicas que têm ganhado a atenção de acadêmicos e instituições internacionais como é o caso do índice de Hirschman-Herfindahl.

Também abordando a representação oficial da estrutura fundiária brasileira consta o trabalho “Questão agrária brasileira: uma proposta de representação da estrutura fundiária”, escrito por Danilo Souza Melo e Adalto Moreira Braz. Os autores trazem uma crítica ao Atlas da Agropecuária Brasileira, divulgado em 2017, destacando limitações sobre a representação da estrutura fundiária, em razão dessa

não ser abordada em toda sua complexidade. São tomados os exemplos dos municípios de Água Clara, em Mato Grosso do Sul e São Desidério, na Bahia para se defender o uso criterioso de técnicas de geoprocessamento para a superação dos problemas pontuados.

Mesmo que de modo indireto, a estrutura fundiária novamente é colocada em relevo no artigo “Formação socioespacial das políticas estatais de crédito rural em Mato Grosso do Sul”, de autoria de Tiago Satim Karas e Guillermo Alfredo Johnson. Fazendo um interessante *link* entre a Geografia Agrária e a Geografia Econômica, a discussão sobre as formações socioespaciais, presente na obra do Prof. Milton Santos, é tomada como referência para a abordagem das políticas de crédito rural no estado de Mato Grosso do Sul. Os autores concluem que essa abordagem indica um capitalismo dependente, onde se constata a “relação entre uma economia de base primária-exportadora, reafirmando o monopólio capitalista da terra, sendo a política de crédito rural no Mato Grosso do Sul seu eixo medular nesta formação socioespacial”.

A Questão Agrária no Centro-Oeste brasileiro também é enfatizada no trabalho “A ocupação do Cerrado goiano pelo agronegócio canavieiro”, escrito por Adriano Rodrigues de Oliveira, Lara Cristine Gomes Ferreira e Brian Garvey. Os autores demonstram que desde a década de 1970 existe um orquestrado movimento por meio do qual o cerrado tem se tornado uma das principais expressões do agronegócio brasileiro. Após se consolidar por meio do binômio grãos e carne, atualmente o agronegócio articula-se nessa região também por meio do setor sucroalcooleiro, fato que remete à atuação do Brasil como um dos principais *players* da bioeconomia global.

Destacando que o Brasil não é o único país da América Latina onde o agronegócio avança sobre as terras agricultáveis, um exemplo chileno aparece no artigo “De incêndios e especialização produtiva. Sobre o agronegócio florestal exportador no Chile”, de Silvia Beatriz Adoue. Nesse caso, é enfatizada a produção de celulose no centro e no sul do Chile como responsável pela diminuição da produção de alimentos para consumo local refletindo de modo direto na soberania alimentar desse país. A autora pontua que no ano de 2017, na região em destaque ocorreram diversos incêndios de áreas florestadas, o que contribuiu para a desintegração produtiva de comunidades mapuches e a destinação de maiores áreas para o agronegócio da celulose.

Como o desenvolvimento do capitalismo no campo não se dá por meio de um processo linear, a resistência de comunidades camponesas e indígenas emerge como exemplo da conflitualidade que caracteriza o campo latinoamericano na atualidade. Isso é evidenciado nos dois trabalhos seguintes.

Em “Lucha de jóvenes por tierra en Uruguay: de lo microsocial a la constitución de sujetos”, escrito por Julian Andres Ariza e María Inés Gazzano, é feita uma análise da participação de jovens uruguais na luta pelo acesso a terra. Os autores destacam que a incorporação da agroecologia e da soberania alimentar como bandeiras de luta por esses sujeitos faz com que eles sejam produtores de uma práxis emancipatória. Tal leitura adquire importância na medida em que se constata que o intenso processo de êxodo rural tem repercutido de modo mais incisivo dentre os jovens, contudo, a ação de classe com o intuito de entrar ou permanecer na terra também se faz presente em parte da juventude camponesa no Uruguai.

O artigo “Das “escolinhas de favores” à “escola de direito”: a educação no/ do campo no município de Goiás”, escrito por Dorcelina Aparecida Moreira, também aborda a relação entre a luta pela terra e os camponeses jovens, porém, tendo por referência o acesso à educação. Nesse caso, a autora aborda os 30 anos de reforma agrária no município de Goiás, localizado no estado homônimo, pelo viés das escolas que atendem a população assentada. Destaca-se a transição de um processo em que as escolas eram vistas como favores ofertados aos assentados pelo Poder Público até a implementação do modelo de Educação do Campo, em que a escola é encarada como um direito.

Por fim, Jeidi Yasmin Galeano Cobos apresenta a resenha do livro “Regimes alimentares e questões agrárias”, de autoria de Phillip McMichael. Com essa publicação, é apresentada aos leitores brasileiros a abordagem teórico-metodológica dos regimes alimentares, que tem sido utilizada em diversas análises internacionais sobre a Economia Política do alimento.

Assim, desejamos a todos uma boa leitura. Que os trabalhos aqui contidos contribuam para um amplo entendimento sobre alguns dos principais processos que têm caracterizado a Questão Agrária contemporânea.

Prof. Dr. Estevan Leopoldo de Freitas Coca
Editor da Revista NERA